



Diretoria Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
Diretoria de Gestão da Educação em Saúde
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO
Secretaria Executiva

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES

1 Às quatorze horas e vinte e cinco minutos de dezoito de junho de dois mil e treze, a Secretária
2 Executiva da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite –
3 CIES/CIB-TO – Senhora Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana conduziu a segunda reunião
4 ordinária, com os seguintes representantes: **Adeusvi M. dos Santos/Titular – CIR Amor**
5 **Perfeito; Andreis V. da Costa/Titular – DGES; Fabrício A. Segura/Suplente - CIR Médio Norte**
6 **Araguaia; Getúlio de S. Araújo/Titular – SINTRAS; Irani Schellin Milech/Titular – CIR Cantão;**
7 **Juliana Ramos Bruno/Titular – CIR Capim Dourado; Linvalda R. H. de Araújo/Titular –**
8 **DGETSUS; Lucione de O. Negre/Suplente – CIR Amor Perfeito; Maria Goret L. S. dos**
9 **Santos/Suplente – CIR Cerrado Tocantins Araguaia; Shirley Stofer/Suplente - IE Pública**
10 **Técnica; Sirlene P. dos Santos/Titular – CIR Sudeste; Valéria V. A. de Barros/Titular - DGVPS.**
11 Senhora Márcia Valéria – SE iniciou a reunião colocando que pela manhã iria ocorrer a II
12 Reunião Extraordinária para deliberação sobre o Regimento Interno da CIES, mas que em
13 função do número insuficiente de membros não foi possível, sendo que esta foi a segunda
14 reunião agendada para revisão do Regimento e que, ao término da reunião corrente, iniciaria
15 a reunião extraordinária e solicitou a todos que se mantenham presentes para a reunião
16 subsequente. Passou à leitura dos itens: **1. Leitura da pauta para pactuação e aprovação. 2.**
17 **Momento Formativo. 2.1. Telessaúde. Solicitante: Comissão de Integração Ensino-Serviço –**
18 **CIES/CIB-TO/Expositor: Itamar Magalhães Gonçalves - Coordenador do Núcleo de**
19 **Telessaúde do Tocantins; 2.2. TV ABEn. Solicitante: Márcia Cristina Godoy –**
20 **DGETSUS/DEP/Expositores: Marcos Brandão – UFRJ/Coordenador da TV ABEn Escola de**
21 **Enfermagem Anna Nery e da ABEn Nacional e Hugo Lima – Diretor Executivo da TV ABEn; 3.**
22 **Observações de alterações e aprovação das atas da I Reunião Ordinária de 19/04/2013 e da**
23 **I Reunião Extraordinária de 15/05/2013; 4. Apresentações para consenso: 4.1.**
24 **Apresentação da Proposta do Programa da TV ABEn para o Tocantins. Solicitante: Márcia**
25 **Cristina Godoy – DGETSUS/DEP/Expositora: Márcia Valéria R. de Q. Santana –**



26 **DGETSUS/DGES; 4.2. Repactuação de Recurso para execução do Programa da TV ABEn.**
27 **Solicitante: Márcia Cristina Godoy – DGETSUS/DEP/Expositora: Márcia Valéria R. de Q.**
28 **Santana – DGETSUS/DGES; 5. Apresentações e Esclarecimento: 5.1. Cursos desenvolvidos na**
29 **Região do Cantão através do Convênio nº 54 realizado em Paraíso do Tocantins no de 2012.**
30 **Solicitante/Expositora: Irani Schellin Milech – Diretora de Planejamento e Educação em**
31 **Saúde; 6. Informes: 6.1. Divulgação de Cursos – Solicitante/Expositora: Maria de Jesus –**
32 **DGES/ASSEDI; 6.2. Informe sobre Comitê de Ética em Pesquisa - Solicitante/Expositora:**
33 **Karina Maschietto – DGES/ASSECTI. Pauta Aprovada. Passou-se ao item 3. Observações de**
34 **alterações e aprovação das atas da I Reunião Ordinária de 19/04/2013 e da I Reunião**
35 **Extraordinária de 15/05/2013 devido a questões técnicas para realização da apresentação do**
36 **Senhor Itamar. Sem sugestões de alterações, atas aprovadas. Ainda por atrasos técnicos**
37 **passou-se ao item 5. Apresentações e Esclarecimento: 5.1. Cursos desenvolvidos na Região**
38 **do Cantão através do Convênio nº 54 realizado em Paraíso do Tocantins no de 2012.**
39 **Solicitante/Expositora: Irani Schellin Milech – Diretora de Planejamento e Educação em**
40 **Saúde/SMS Paraíso do Tocantins. Senhora Irani apresentou os cursos realizados no município**
41 **de Paraíso do Tocantins no ano de 2012 contemplando a Região do Cantão. Expôs o objetivo**
42 **dos cursos: Desenvolver a Política de Educação Permanente no âmbito regional, visando a**
43 **organização das práticas do trabalho em saúde mediante a qualificação dos servidores**
44 **lotados nos serviços públicos dos municípios que compõem a região do Cantão. Colocou que**
45 **o recurso utilizado foi através do Convênio nº 054/2011 no valor de R\$ 56.959,57 (cinquenta**
46 **e seis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) para realização**
47 **das oficinas: “Excelência no atendimento”; “Qualificação Pedagógica para facilitadores em**
48 **Educação Permanente, Popular e Humanização em Saúde”; e “Planejamento em Saúde”.**
49 **Enfaticizou que esta última oficina foi de grande importância, “porque vários municípios não**
50 **conhecem os instrumentos de gestão, ainda mais desenvolver e construir esses instrumentos.”**
51 **Apresentou o conteúdo programático, público alvo, carga horária e número de participantes**
52 **por oficina, bem como o resultado da avaliação dos alunos em que obtiveram respostas:**
53 **“bom e excelente”, dentre quesitos que também indicavam o curso como “ruim e regular” e**
54 **avaliação dos professores que apontaram pontos positivos em relação ao interesse dos**
55 **alunos, cumprimento de horário e o fato de não haver necessidade de adequar plano de aula**



56 para atingir os resultados. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS pontuou que esse recurso
57 apresentado é da Política de Educação Permanente que foi repassado para o município de
58 Paraíso do Tocantins/TO através de convênio e esta apresentação é para mostrar os
59 resultados que foram alcançados a partir da utilização desse recurso da Política. Senhora
60 Juliana – CIR Capim Dourado parabenizou o município de Paraíso do Tocantins/TO pelo
61 empenho e organização do município em querer ajudar os municípios de toda região. Passou-
62 se ao item **2. Momento Formativo. 2.1. Telessaúde. Solicitante: Comissão de Integração**
63 **Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO/Expositor: Itamar Magalhães Gonçalves - Coordenador do**
64 **Núcleo de Telessaúde do Tocantins.** Senhor Itamar colocou que o Telessaúde é uma
65 ferramenta que está em pleno uso no estado do Tocantins e que o Núcleo de Telessaúde do
66 Tocantins já tem Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES e que o Tocantins é
67 o único estado da Região Norte a convergir todas as políticas de saúde do Ministério da
68 Saúde. Senhor Itamar disse que o Telessaúde encontra-se em um novo panorama onde
69 pretende-se criar CNES dos pontos Telessaúde e afirmou à senhora Linvalda que a Escola
70 Tocantinense do Sistema Único de Saúde – ETSUS poderia solicitar o cadastro junto ao CNES;
71 desenvolver mecanismos de integração com os reguladores de saúde; entender o papel das
72 Residências Médica, Residência Multiprofissional, Internato Rural; e inserir a disciplina
73 Telessaúde para cursos da área de saúde. Colocou que o projeto de implantação do
74 Telessaúde iniciou em 2010, homologado em maio de 2011 e finalizado o projeto em junho
75 de 2012. Disse que sessenta e nove municípios e um ponto no Conselho de Secretários
76 Municipais de Saúde - COSEMS foram equipados, foi desenvolvido um sistema próprio de
77 teleconsultoria multiprofissional em saúde e instaladas cinco salas de *webconferências*
78 simultâneas, além de um ponto na ETSUS. Senhor Itamar colocou que na fase de expansão do
79 Telessaúde o objetivo é alcançar todas as unidades de saúde do Estado, disponibilizar recurso
80 de informatização, fundo a fundo para 100% das Unidades Básicas de Saúde - UBS do Estado.
81 Informou que atualmente o Estado consta com setenta e dois municípios, cento e quarenta e
82 cinco unidades e um mil, seiscentos e cinquenta e cinco usuários cadastrados, sendo que
83 quase cem por cento das unidades de saúde de Palmas já estão incluídas no Telessaúde.
84 Senhor Itamar apresentou novo layout do portal do Telessaúde Núcleo Tocantins e o
85 fluxograma da segunda opinião formativa que já vem sendo utilizada também por acadêmicos



86 dos cursos de Enfermagem, Serviço Social, Nutrição e Medicina da Universidade Federal do
87 Tocantins – UFT. Disse que a velocidade de navegação disponível para o Tocantins é
88 subaproveitada, tendo condições de utilizar para ensino e pesquisa. Informou que a Rede
89 Comunitária de Educação e Pesquisa – REDE COMEP é composta por instituições consorciadas
90 e que em Palmas é composta pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
91 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO; Hospital Geral de
92 Palmas Dr. Francisco Ayres – HGP; Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins –
93 IPEN; Secretaria de Ciência e Tecnologia do Tocantins – SECT-TO; Universidade Federal do
94 Tocantins – UFT e Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS. Senhora Juliana informou à
95 Senhora Linvalda que para conseguir o cadastro na REDECOMEP é necessário seguir o passo a
96 passo no site da Rede Nacional de Pesquisa – RNP. Senhor Itamar apresentou o cronograma
97 de eventos voltados para Redes de Atenção agendados para o mês de agosto e setembro.
98 Passou-se ao item **2.2. TV ABEn. Solicitante: Márcia Cristina Godoy –**
99 **DGETSUS/DEP/Expositores: Marcos Brandão – UFRJ/Coordenador da TV ABEn Escola de**
100 **Enfermagem Anna Nery e da ABEn Nacional e Hugo Lima – Diretor Executivo da TV ABEn.**
101 Senhor Marcos apresentou a proposta da TV da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn
102 sob o ponto de vista da formação. Iniciou colocando que a TV é uma iniciativa com a chancela
103 da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn Nacional, sem fins lucrativos, sendo uma
104 ideia que visa reunir experiência, conhecimento e competência no aprimoramento do
105 profissional de enfermagem no Brasil. Colocou que quando se fala em formação os canais são
106 múltiplos, as possibilidades de formação são muitas, e que a necessidade hoje é do indivíduo
107 estar como sujeito ativo e que a tentativa junto à TV é trabalhar no processo de formação
108 permanente. Explicou que a Educação a Distância com abrangência nacional, e, pelo uso da
109 tecnologia de transmissão via satélite busca utilizar uma plataforma já conhecida da
110 sociedade, a saber, a TV fechada. Disse que a TV ABEn busca colaborar com a formação e não
111 tem o objetivo de substituir esta, que o objetivo é colaborar com a formação permanente.
112 Apresentou o objetivo geral: constituir em veículo de massa para uso de profissional de
113 enfermagem com meta educativa de alcance de boas práticas de enfermagem, e os objetivos
114 específicos: elaborar material audiovisual, disponibilizar material produzido durante vinte e
115 quatro horas, desenvolver instrumentos de avaliação. Senhor Marcos apresentou também as



116 competências fundamentais a serem trabalhadas para técnico de enfermagem, para
117 enfermeiro e as competências gerais, sendo estas: Atenção à Saúde, Tomada de Decisão,
118 Comunicação, Liderança, Administração em Gerenciamento e Educação Permanente. Explicou
119 que o desenho metodológico é de um ano com quatro ciclos desenvolvidos em áudio sendo
120 cada ciclo com três módulos de vinte minutos, e que aulas são continuamente repetidas para
121 atender a todos os plantões, o que deve ser organizado pelo tutor. Disse que as temáticas dos
122 ciclos são: Administração de Medicamentos; Cuidados Humanizados; Cuidado com Pessoas
123 com Feridas; e Promoção e Segurança no Trabalho. Explicou que as aulas iniciam sempre com
124 uma problematização, a partir de casos, entrevistas, discussões, e que sejam casos que
125 tenham pertinência à realidade e que a Avaliação da Aprendizagem irá acontecer através de
126 plataforma *moodle* ao final de cada aula em ambiente virtual com dez questões sorteadas
127 pelo sistema, com formato de múltipla escolha com quatro opções de respostas. Disse ainda
128 que para que o participante passe de uma aula para outra é necessário que atinja oitenta e
129 cinco por cento de acerto, mas não impede que o participante prossiga nos módulos, mas
130 serve de alerta que ele assistiu as aulas da TV ABEn, mas na hora da avaliação não atingiu essa
131 porcentagem. Senhora Ana Carolina – NEP/HGP questionou se haverá certificação e Senhor
132 Marcos disse que a certificação será feita pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal
133 do Rio de Janeiro - UFRJ com a chancela TV ABEn. Senhora Hercione – NEP/HMDR perguntou
134 se o conteúdo de vinte minutos será para técnicos e enfermeiros assistirem juntos. Senhor
135 Marcos esclareceu que o tema é o mesmo, porém com abordagens diferentes para técnicos
136 de enfermagem e enfermeiros. Senhora Linvalda – SESAU/DGETSUS colocou que este é o
137 segundo momento em que ocorre esta discussão e que no primeiro momento foi discutido
138 com a Secretária Estadual de Saúde que concordou e é desejo dela colocar a TV ABEn nos
139 dezenove hospitais e que será convidado os Núcleos de Educação Permanente - NEPs para
140 discutir como isso irá ocorrer. Disse que *“um dos propósitos, também, é que a Lei N° 1818 diz*
141 *que é de responsabilidade do setor público a qualificação dos servidores e hoje se tem*
142 *aproximadamente dez mil servidores sendo que quase sessenta por cento desses servidores*
143 *são da categoria da enfermagem.”* Disse que nesse primeiro momento será trabalhada essa
144 proposta nos hospitais e que em Minas Gerais essa proposta é desenvolvida através do Canal
145 Minas Saúde com toda a rede hospitalar e rede municipal. *“Nesse momento se pretende fazer*



146 *um trabalho que a gente veja se são essas as necessidades, trabalhar durante seis meses para*
147 *ver se é adequado, para ver se continua. Outra questão é que de acordo com a progressão o*
148 *servidor necessita de oitenta horas para progredir e isso vai possibilitar acesso a toda*
149 *categoria de enfermagem do Estado. A TV ABEn vem para trabalhar esse público com esse*
150 *foco inicial. Aí, se consegue fazer várias coisas e uma delas é o acesso. Nenhum profissional da*
151 *categoria de enfermagem que esteja dentro dessas unidades vai poder dizer que não vai*
152 *evoluir porque não fez curso ou o Estado não ofereceu, porque a qualificação é dentro da*
153 *unidade, dentro do horário de trabalho dele, não vai precisar se ausentar, pedir liberação.*
154 *Uma das questões que se trabalhou com a TV ABEn foi essa, que a categoria tenha acesso à*
155 *qualificação.” – disse Senhora Linvalda e colocou que as metodologias de ensino são muitas, e*
156 *que independente da metodologia EAD ou presencial a questão é o aluno querer aprender,*
157 *que ela tenha responsabilidade e compromisso com sua própria qualificação. Senhora*
158 *Fabília – NEP/HIPP falou sobre o cuidado do local onde se colocar a TV, que deve ser*
159 *adequado e confortável para o profissional para que depois ele não venha alegar erros na*
160 *rotina de trabalho devido à dispersão da atenção que pode ser causada caso a TV seja*
161 *instalada em local impróprio. Senhor Marcos disse que é importante essa preocupação e que*
162 *“no bojo da ABEn é avaliado onde seria esse local, que se sabe que tem o real e o ideal, que a*
163 *gente gostaria que fosse o melhor, com melhor poder de aprendizagem, mas às vezes a gente*
164 *não tem isso e que usando experiência, conhecimento, recomendações, a gente tentar*
165 *encontrar o meio termo para que também não se afunde em iniciativas inovadoras que*
166 *acabem às vezes trazendo mais benefícios, mas que também não tome por excesso de*
167 *despojamento iniciativas que prejudiquem.”* Senhor Hugo iniciou apresentando a parte
168 técnica da iniciativa da TV ABEn, mostrou o *layout* técnico como se desenha a implantação da
169 TV ABEn no Estado. Disse que existem vários tipos de antenas parabólicas e que hoje a TV
170 ABEn adotou o modelo da SKY que é uma antena parabólica de chapa fechada de 90 cm de
171 diâmetro. Informou que a assistência preventiva e reparativa funcionam de segunda a sexta-
172 feira, de 09h as 17h, pelo telefone (21) 2589-2674 ou por e-mail em até 48 horas e para troca
173 de equipamento até sete dias e que a confiabilidade do sistema é gerida por uma rede de
174 técnicos locais que são credenciados no momento da instalação. Disse que a TV ABEn fornece
175 a TV e antena parabólica com kit de instalação: cabos, conectores, fixadores, LNBF. Senhor



176 Hugo coloca sobre a viabilidade de uso de espaço institucional durante a programação entre
177 os cursos para que seja utilizado para campanhas e outras necessidades. Falou que em caso
178 de perda de aula por problemas externos, o tutor entra em contato com a TV ABEn e que se
179 pode repor a aula através de DVD ou de link pela internet. Enfatizou que o tempo de aula de
180 vinte minutos foi proposto para que o tempo utilizado seja eficiente e não fique cansativo.
181 Explicou ainda que as avaliações são consubstanciadas em relatório que vão para a ETSUS,
182 para a Secretaria Estadual de Saúde e ficam disponíveis para o Ministério do Trabalho com
183 informações de quem são, quem assistiu, o aproveitamento de cada um. Senhora Antônia –
184 Sindicato de Enfermagem colocou que a TV ABEn vem de encontro com o desejo da categoria
185 e que essa capacitação vai ser um avanço para o setor público e privado, pois muitos dos
186 profissionais do privado estão também no setor público, além de beneficiar o servidor para o
187 Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS. Senhora Juliana – CIR Capim Dourado questionou
188 como será o acompanhamento dos alunos, a comprovação de que os mesmos estarão
189 assistindo às aulas. Senhor Hugo explicou que haverá um tutor, presencial, monitorando
190 através das atividades, estimulando a cultura do aprimorar. Senhora Márcia Valéria –
191 ETSUS/DGES ratificou a fala da Senhora Antônia dizendo que como gestão *“foi procurada a*
192 *categoria da enfermagem para fazer esse levantamento de demanda. Em novembro de 2012*
193 *foi feita uma reunião com a categoria representada pela ABEn, Sindicato de Enfermagem e*
194 *Conselho Regional de Enfermagem - COREN, onde foi questionado qual a demanda da*
195 *categoria e que a isso foi considerado também as demandas levantadas por meio do*
196 *Formulário do Sistema Único de Saúde - FORMSUS em todas as unidades hospitalares, apesar*
197 *de que ele não foi uma ferramenta que nos mostrou verdadeiramente, pois poucos*
198 *participaram apesar do tempo em que o formulário eletrônico e impresso ficaram disponíveis.*
199 *Juntando as falas e o formulário é que surgiu então essa ideia de ser por meio da educação a*
200 *distância e vir com temas que foram marcados no FORMSUS e espera-se que, se aprovada, a*
201 *proposta venha atender essas necessidades e modificar esses processos de trabalho que é o*
202 *que a gente almeja com a educação permanente.”* Senhor Hugo esclareceu à Senhora Fabrícia
203 – NEP/HIPP que o tutor não estará vinte e quatro horas na unidade, que se entende que a
204 ação educacional é um instrumentalizador da ação presencial e que à medida que surgem as
205 dúvidas, o tutor disponibiliza a resposta que pode ser impressa ou via internet. Senhora



206 Linvalda enfatiza que a ideia não é vigiar, que o tutor vem para organizar, ser o elo com o
207 grupo de pessoas que irá dar o suporte no caso de dúvida. Senhor Hugo explicou que além do
208 tutor, há o preceptor e o professor em caso de persistência de dúvida e que haverá prazos
209 para a formulação de dúvidas e de respostas. Senhora Márcia Valéria completa dizendo que
210 *“a andragogia parte do princípio do estímulo, para que as pessoas participem, é importante*
211 *pensar que vamos também vamos estimular essa responsabilidade desse profissional querer*
212 *se capacitar.”* Senhor Hugo passou um vídeo institucional da TV ABEn. Senhora Márcia
213 Cristina – ETSUS/DEP reforçou que o curso no Tocantins tem a proposta de execução de seis
214 meses e de trabalhar as temáticas: Cuidados Humanizados e Administração de
215 Medicamentos. **4. Apresentações para consenso: 4.1. Apresentação da Proposta do**
216 **Programa da TV ABEn para o Tocantins. Solicitante: Márcia Cristina Godoy –**
217 **DGETSUS/DEP/Expositora: Márcia Valéria R. de Q. Santana – DGETSUS/DGES.** Senhora
218 Márcia Valéria colocou que esse projeto da TV ABEn tem como público-alvo os servidores da
219 categoria da Enfermagem da Rede Hospitalar Pública do Estado do Tocantins, pretende-se
220 instalar nos dezenove hospitais públicos estaduais, verificada as condições para todos esses
221 hospitais, na modalidade de Educação a Distância – EAD com carga horária de 72h para
222 enfermeiros; 72h para técnicos/auxiliares de enfermagem. Disse que os objetivos são
223 atualizar e revitalizar conceitos e práticas de cuidados em enfermagem; problematizar os
224 cuidados clínicos; desenvolver propostas de resolução de casos e reduzir custos de
225 capacitação permanente. Senhora Márcia Valéria apresentou as características do curso que
226 são o caráter permanente em serviço, dentro do ambiente de trabalho; videoaulas via
227 satélite; aulas em três blocos de vinte minutos cada, por vinte e quatro horas com *replays*
228 (repetições) por no mínimo três dias igual a uma hora/aula igual a sessenta minutos;
229 complementação *on line* via internet – Plataforma *Moodle*, e; para completar o curso com
230 total de setenta e duas horas/aulas, os servidores/alunos têm até seis meses. Disse que os
231 módulos previstos são de Cuidados Humanizados e de Administração de Medicamentos.
232 Ressaltou que *“na última reunião da CIES foi consensuada a Proposta do Curso de Reações*
233 *Adversas de Medicamentos, no valor de cento e trinta e três mil reais, mas que até então não*
234 *se tinha o conteúdo programático deste curso e que ele poderia abranger mais pessoas e,*
235 *diante disso, aquela proposta será repensada, pois o programa da TV ABEn contempla o*



236 *conteúdo da proposta do curso apresentado pela Senhora Ana Edith.”* Senhora Márcia Valéria
237 colocou que para a instalação da TV ABEn nas unidades hospitalares é necessário o valor de
238 um milhão de reais, que para capacitar servidores dos dezenove hospitais públicos do Estado
239 são necessários dezenove aparelhos de TV de cinquenta polegadas, dezenove antenas de TV e
240 receptores e a aquisição do curso. Colocou que as fontes para financiar essa proposta são de
241 recursos de cursos que foram consensuados, mas que essa proposta contempla, ou de saldos
242 de cursos que foram efetuados, mas sobraram recursos. Senhora Juliana – CIR Capim
243 Dourado questionou como se chegou ao valor final de um milhão, se é um valor fechado.
244 Senhora Márcia Valéria esclareceu que os valores são as fontes de onde são retirados os
245 recursos, mas que a proposta inteira, de acordo com a orientação da TV ABEn, pelo que foi
246 feito na Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e no Estado do Paraná, é que com um
247 milhão de reais conseguiria atingir esse público com esse equipamento. Senhora Juliana
248 perguntou ainda se a compra de equipamentos será feita pela TV ABEn ou pelo Estado.
249 Senhora Márcia Valéria disse que ainda será definido, pois se pensou na possibilidade da
250 aquisição da TV por parte da Secretaria de Estado da Saúde para que ela possa ser utilizada
251 posteriormente em outras atividades, mas que os receptores são em regime de comodato.
252 Disse, ainda, que será apresentado posteriormente de como ficará ao final essas questões.
253 Levantou o questionamento para consenso do interesse e da importância de que os dezenove
254 hospitais sejam capacitados por essa proposta, se esta vai modificar o processo de trabalho
255 da categoria de enfermagem. Senhora Juliana disse se preocupar por não conseguir separar o
256 valor do custo/benefício da atividade, que a atividade em EAD é viável e que os hospitais
257 realmente precisam de espaços de ensino-aprendizagem, mas que hoje se sabe que não há
258 espaço físico nas unidades de saúde para realizar estas atividades e que não há como
259 implementar se não há esses espaços. Disse que o espaço físico já torna o projeto inviável.
260 Acrescentou que a metodologia é viável, mas sugeriu que se tente fazer um teste, tentar que
261 a ABEn disponibilize para o Estado os equipamentos por uma semana para verificar o
262 funcionamento dentro de uma estrutura do hospital. Disse ainda que o conteúdo permite até
263 que extrapole a categoria de enfermagem e possibilite que outras categorias também
264 participem. Senhora Juliana continuou manifestando a preocupação com a estrutura e
265 metodologia que vai se dar dentro dos espaços de trabalho, *“porque não se está acostumado*



266 *a trabalhar processos educativos dentro do horário de serviço, a gente tenta criar esses*
267 *espaços dentro da nossa rotina e não se consegue. Se não fizer esse teste, não verificar como*
268 *se dará na prática, fica inviável a gente pensar se dá ou não para o curso ser viável.” Senhor*
269 *Hugo informou que fica em torno de cinco reais por enfermeiro/aula, e um total de oito mil e*
270 *setecentos reais por mês/hospital, sabendo-se que no Tocantins não é homogêneo o*
271 *quantitativo de profissionais nos hospitais. Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS disse: “Toda*
272 *questão que envolve recurso tem uma questão que é a economia de escala. Uma transmissão*
273 *dessa, com essa magnitude, com essa qualidade, ela tem um valor, não é uma coisa barata.*
274 *Qualidade tem custo, tem preço.” Exemplificou que o curso MBA Gestão de Projetos custa por*
275 *aluno, onze mil reais e continuou: “Tem que padronizar, ter parâmetro para avaliar os*
276 *custos/benefícios da ação. A gente também antes de tomar essa iniciativa de trazer o Hugo*
277 *juntamente com o professor Marcos para estar aqui hoje na CIES é porque que já estamos em*
278 *conversa com algumas unidades hospitalares. Nós não temos situação ideal para fazer*
279 *residência, nós não temos situação ideal para ter estágios dentro do HGP que é o melhor*
280 *hospital. A gente também não tem condições também de não tê-los. Eu sempre perguntava*
281 *para o Ministério da Saúde: a gente existe para qualificar ou a gente qualifica para existir?”*
282 *Senhora Adeusvi – CIR Amor Perfeito disse que “se não começar, nunca vai ter e o valor é*
283 *insignificante com o benefício que vai trazer para a comunidade, para o Estado, profissionais.*
284 *Os espaços não existem, mas a gente cria à medida que você tem, precisa, você cria. É de*
285 *suma importância pelo benefício que vai trazer. Deve estender também para os municípios*
286 *porque os municípios têm dificuldade de trazer esses profissionais para a capital para se*
287 *qualificarem.” Senhora Márcia Valéria – ETSUS/DGES retificou que o programa previa setenta*
288 *e duas horas de curso, porém foi arredondado para oitenta horas para que a certificação*
289 *valha para a progressão. Senhora Juliana – CIR Capim Dourado reafirmou que a proposta é*
290 *boa e que a qualidade técnica também sugere ser boa, mas que seu questionamento é como*
291 *esse processo vai ocorrer dentro destas instituições e que até poderia abrir vagas para dez,*
292 *vinte enfermeiros dos municípios participarem dentro desses espaços. Disse que a questão*
293 *operacional a preocupa, que não é contra o consenso desde que haja garantia que isso vai se*
294 *complementar, que tenham iniciativas para que se construam uma sala de aula dentro desses*
295 *espaços e que sirva para todos os processos educacionais. Senhora Linvalda – disse*



326 compartilhar da preocupação da Senhora Juliana, que também é da Escola, pois *“não só o*
327 *nome da ABEn, mas também da Escola que está em jogo que é quem faz prestação de contas*
328 *desse recurso federal. A primeira a querer que a coisa aconteça sou eu, pois sou eu*
329 *juntamente com a Secretária que iremos assinar esse processo. Isso a gente não tem dúvida,*
330 *essas questões que existem em relação ao Telessaúde, REDE COMEP é porque se trabalha com*
331 *essas tecnologias sem ter as pessoas dentro das unidades o que é diferente da TV ABEn onde*
332 *tem um tutor lá dentro respondendo por isso lá. A TV é só uma estratégia, é em equipamento,*
333 *mas terá pessoas dentro das unidades organizando, motivando, implementando isso lá*
334 *dentro.”* Colocou que toda semana se vê no site da Secretaria cursos dos NEPs trabalhando
335 uma ação dentro dos Hospitais e que naqueles lugares que não tiverem espaço isso será feito.
336 Senhora Linvalda explicou que quando se faz um contrato tem que comprovar que aquilo
337 aconteceu, só se paga mediante serviço e que o pagamento é em parcelas à medida que o
338 serviço é feito, não se paga para que o serviço aconteça. Disse ainda que a proposta da TV
339 ABEn é de um ano, mas por querer investir e não fazer apenas uso do recurso público é que
340 preferiu-se fazer em seis meses, para que tenha resultado e esse resultado seja positivo e
341 acrescentou que *“o que é caro não é a TV, não é a aula, o que é caro é o sinal que é exclusivo.”*
342 Senhora Juliana questionou a efetividade da ação que deve ser garantida porque pode ser
343 que um, dois enfermeiros participem e os outros não. Senhora Márcia Valéria – ETSUS/DGES
344 explicou que não há como fazer uma divisão equânime, pois metade dos profissionais de
345 enfermagem está em Palmas e que o curso vai ser efetivo quando se pensar no grupo.
346 Senhora Hercione – NEP HMDR questionou se há o mapeamento de onde tem e onde não
347 tem estrutura física e se tem como começar onde se tem estrutura e depois ir trabalhando
348 para realizar nos demais hospitais. Senhora Linvalda enfatizou que o custo é o mesmo, que é
349 por escala, quanto mais locais a se instalar, mais barato fica, mas que onde não puder colocar
350 não será colocado. Senhor Paulo Henrique – COSEMS pontuou que é necessário deixar claro
351 se é uma despesa ou investimento que se está fazendo, outro ponto é de quanto se gastaria
352 para formar quatro mil profissionais, nessa proposta da TV ABEn, na modalidade EAD, e na
353 proposta tradicional e disse acreditar que na proposta tradicional inviabilizaria essa
354 proporcionalidade. Disse que a fala da Senhora Juliana é pertinente, *“tem que se considerar*
355 *quando se fala em consenso envolvendo recurso público, tem que levar em consideração a*



326 *prudência e zelo e se tiver como fazer um projeto piloto em uma unidade inicialmente para*
327 *verificar a viabilização.” Colocou que, também, considerando a fala da Senhora Linvalda,*
328 *“quando se fala em adequação, todo processo de desenvolvimento tem uma fase embrionária*
329 *e nós temos nossa realidade e temos que utilizar o que nós temos e em alguns pontos dar*
330 *oportunidade para poder se avançar.” Senhora Linvalda – SESAU/ETSUS colocou que “a*
331 *competência da CIES na aprovação do recurso é de dizer se isso é pertinente ou não. Se é*
332 *eficaz, se vai ter estrutura, foge à governabilidade dessa comissão, isso é uma questão da*
333 *gestão. A comissão está aprovando um curso e se esse curso tem legitimidade, como vai ser a*
334 *estratégia da aquisição desse curso, foge à competência dessa comissão. Tanto é que quando*
335 *as instituições, os conselhos fiscalizadores vêm, eles fiscalizam a gestão. A gestão que é*
336 *responsável pelo contrato, se cumpriu ou não. De acordo com as competências, enquanto*
337 *CIES, estamos avaliando do ponto de vista do investimento, se é válido ou não, se concordam*
338 *com o curso ou não.” Exemplificou o recurso destinado via convênio ao município de Paraíso*
339 *do Tocantins/TO, onde o recurso foi repassado, mas não se avalia se o município tem sala, se*
340 *tem professor, a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde é definir as metas, o*
341 *curso para onde se destina o recurso. Continuou dizendo: “É interessante saber qual a nossa*
342 *competência e se for necessário podemos resgatar a Portaria 1996 e rever as competências. A*
343 *CIES é responsável pela aprovação do curso, a gente não está fazendo a discussão da*
344 *eficiência do recurso, das estruturas das unidades, porque nesse momento, nesse fórum, não*
345 *compete.” Senhora Juliana – CIR Capim Dourado disse que a ideia está equivocada sobre o*
346 *papel da Comissão. Colocou que “no que se refere ao recurso da Política Nacional de*
347 *Educação Permanente em Saúde - PNEPS essa Comissão tem legitimidade de entrar em todos*
348 *os níveis porque a CIES é uma instância interinstitucional que participa da formulação,*
349 *condução, monitoramento e avaliação.” Passou a ler no Regimento Interno algumas das*
350 *competências da CIES, dentre elas, estimular o cumprimento da Política e acrescentou “aí não*
351 *se deveria nem comprar curso o que é a primeira premissa da Política é que os cursos sejam*
352 *feitos pelas próprias instituições, deixando de terceirizar”; estimular e compartilhar iniciativas*
353 *inovadoras de formação e qualificação da gestão do trabalho; “falar que se tem que ter uma*
354 *sala de aula é um pré-requisito inicial e necessário que a CIES tem que discutir” e fomentar a*
355 *cooperação entre as instituições, “então que se traga na próxima reunião estratégias para*



356 *que se puder, pactuar isso.*” Senhora Juliana disse ser preciso avançar no papel da CIES,
357 discutir a condução da PNEPS. *“O curso é ótimo, vamos executar, então vamos mudar nosso*
358 *panorama de trabalho para que a gente consiga implantar a Política, se é criar uma sala de*
359 *aula, vamos aprovar isso aqui na CIES, isso é competência nossa, tanto em nível de Estado*
360 *quanto de Município.”* – expressou Senhora Juliana. Senhora Linvalda esclareceu que
361 concorda com a fala da Senhora Juliana, mas que no momento o que está em pauta é a
362 aprovação do recurso e não a avaliação do curso e expressou: *“Estamos fazendo a aprovação*
363 *de um projeto, nós não estamos avaliando curso nem estrutura de unidade. Não estou*
364 *dizendo que a CIES não tem que avaliar, tanto é que há a prestação de contas, da avaliação*
365 *disso e nós estaremos dando devolutiva de todos os cursos para a CIES.”* A Senhora Juliana
366 disse *“À medida que se repactua os recursos, nega a existência de cursos anteriores que já*
367 *tenham sido pactuados.”* E sugestionou que como encaminhamento traga para a próxima
368 reunião uma proposta de estruturação. Os NEPs poderiam sentar junto com a equipe técnica
369 da DGES e trazer uma proposta de consolidação dessa estrutura. Senhora Irani – CIR Cantão
370 referiu concordar com a Senhora Juliana e que se deixe para discutir na próxima reunião e
371 apresentar algo mais concreto. Senhor Andreis – ETSUS/DGES disse que foram realizadas
372 visitas aos NEPs dos hospitais do Estado no ano passado avaliando a estrutura e que se sabe
373 que os dezenove hospitais têm estrutura deficiente para receber o curso o que não quer dizer
374 que não se tem condições de colocar equipamentos nessas unidades. Disse ainda que, para
375 vinte minutos, se precisa apenas de espaço físico onde possa sentar e ter atenção, para que
376 possa observar e aprender, e que esse espaço pode ser adequado e informou que os hospitais
377 estão enviando via e-mail sugestões de local para executar o curso. Colocou que o que precisa
378 ser feito é trabalhar o curso e ao mesmo tempo a estrutura. Senhora Juliana – CIR Capim
379 Dourado sugeriu que também seja pactuado que o Estado apresente uma proposta de
380 viabilidade de execução do curso e senhora Márcia Valéria disse que há um diagnóstico dos
381 NEPs Hospitalares e que está sendo feito o contato via e-mail com essas unidades para que
382 enviem sugestão de local viável, com tranquilidade, para que sejam passadas essas aulas.
383 Senhora Valéria – SESAU/DVPS colocou que um equipamento que fica vinte e quatro horas
384 ligado, pela logística, não poderá ficar num refeitório. Senhora Linvalda colocou que na gestão
385 existem tempos administrativos e que os Termos de Referências que não tramitem em



386 julho, não acontecerão mais esse ano e se aprovar o curso hoje ele não irá acontecer em
387 setembro, é para o ano que vem. Enfatizou que não consta no Regimento Interno que para
388 fazer o curso tem que se apresentar viabilidade e que todo projeto de curso tem sim que
389 apresentar justificativa, objetivo, quanto vai gastar, público-alvo. Acrescentou que a questão
390 ao se aprovar ou não um curso através de repactuação, deveria ser: De onde está vindo o
391 recurso? O que está sendo repactuado? O que vai deixar de ser feito? Senhora Linvalda disse
392 ainda que esse projeto se pactuado, ainda vai passar por processo administrativo de acordo
393 com a Lei N° 8666 e que a ETSUS trabalha em primeiro lugar com instituição pública, segundo
394 instituição sem fins lucrativos, terceiro instituição privada. Disse entender que trabalhar com
395 parceria não seja terceirizar, privatizar ou passar recurso para instituições que tem fins
396 lucrativos. Colocou que o que se aprovar passará pelos órgãos de controle, Procuradoria Geral
397 do Estado – PGE e Controladoria Geral do Estado - CGE, que fazem toda uma análise e
398 enfatizou que a CIES, bem como todo cidadão tem o direito total de conhecer os
399 instrumentos públicos e colocou-se à disposição para repassar de forma integral à Comissão.
400 Continuou dizendo que o Termo de Referência segue as prerrogativas e critérios da Portaria
401 1996. Disse haver duas questões, uma é a repactuação do recurso, outra se concordam ou
402 não com o curso e que a informação se vai ter viabilidade de sala ou não se pode trazer na
403 próxima reunião. Senhora Márcia Valéria exemplificou que há dois anos foi aprovado o
404 mestrado a ser realizado pelo Instituto de Saúde Coletiva - ISC/UFBA e que até hoje a CGE
405 pede readequações. Senhora Juliana indagou se talvez não tenha sido um descuido, pressa
406 em pactuar, já que o recurso é alto. Senhora Linvalda refere entender que o custo não é alto,
407 é um investimento e propôs pactuar a proposta e em na próxima reunião da CIES ou antes,
408 trazer o diagnóstico dos NEPs e a partir do diagnóstico dos NEPs apresentar as estratégias
409 para implantar o curso. Disse que a questão de ter salas é *sine qua non* para implantação da
410 TV ABEn e pontuou que o recurso a ser utilizado é de sobras de outros cursos. Senhora Juliana
411 – CIR Capim Dourado fez a contraproposta de se pactuar o curso desde que a Senhora
412 Linvalda, enquanto gestora, se comprometa em traçar estratégias para que em todas as
413 unidades onde vai ser instalado o curso se consiga ter espaço permanente de ensino-
414 aprendizagem destinados à Educação Permanente. Senhor Andreis – ETSUS/DGES enfatizou
415 que se pode sugerir ao diretor do Hospital, porém é ele quem define como utilizar o seu local



416 de trabalho, de acordo com as necessidades. Senhora Linvalda ratificou que não tem como
417 sair recurso se não tiver espaço físico e que assim que o Termo de Referência estiver assinado
418 pela Secretária, poderá disponibilizá-lo na íntegra e que nesse tem todos os critérios das
419 responsabilidades do contratante e do contratado. Enfatizou ainda que não tem como pagar
420 por um serviço que não é prestado. Continuou dizendo que *“a gente pode traçar estratégias e*
421 *trazer na próxima reunião, mas não posso garantir que esse espaço permaneça para a*
422 *Educação Permanente. Eu posso consensuar, debater. Eu não posso garantir. Conversar com a*
423 *Atenção, com a Secretária, com os Diretores eu posso, mas garantir que esse espaço vai*
424 *permanecer eu não posso.”* Senhora Valéria – SESAU/DVPS lembrou que depois que a
425 estrutura já estiver instalada o custo diminui porque não terá mais equipamento para
426 aquisição e que então em novos contratos com a TV ABEn para outros cursos os custos serão
427 menores. Senhora Márcia Valéria – lembrou que não será tão menor porque o que é caro é o
428 sinal e lembrou que a CIES é instância de consenso e, questiona se, nesse momento, é
429 adequada essa proposta. Colocou que foi levantada a questão de levar os cursos para os
430 municípios, mas que a forma do curso estar sendo piloto garantindo o custo/benefício é estar
431 sendo realizado nos hospitais. Senhora Márcia Valéria – DGES/SE colocou que após as falas e
432 discussões, a questão é se há consenso de que essa proposta é adequada para formação da
433 categoria de enfermagem do Tocantins. Senhora Juliana disse que pode se consensuar desde
434 que garanta viabilidade de qualidade técnica operacional e Senhora Márcia Valéria respondeu
435 que essa questão do espaço o Termo de Referência irá garantir. Senhora Juliana expressou
436 que o curso pode acontecer de um jeito ou outro, até na sala de medicamentos, mas que a
437 garantia é de que se tenha qualidade. A proposta foi consensuada com a ressalva de garantia
438 da viabilidade das salas serem adequadas para realização desse processo. **4.2. Repactuação**
439 **de Recurso para execução do Programa da TV ABEn. Solicitante: Márcia Cristina Godoy –**
440 **DGETSUS/DEP/Expositora: Márcia Valéria R. de Q. Santana – DGETSUS/DGES.** *“Do III*
441 *Encontro de Discentes previsto em R\$ 406.535,91 (quatrocentos e seis mil, quinhentos e trinta*
442 *e cinco reais e noventa e um centavos) foi utilizado R\$ 26.199,91(vinte e seis mil cento e*
443 *noventa e nove reais e noventa e um centavos) para diárias de discentes e a ser repactuado*
444 *R\$ 161.224,39 (cento e sessenta e um mil duzentos e vinte e quatro reais e trinta e nove*
445 *centavos) para processo de reprografia da ETSUS, R\$ 207.111,61 (duzentos e sete mil cento e*



446 onze reais e sessenta e um centavos) para compra do curso da TV ABEn e R\$ 12.000,00 (doze
447 mil reais) para pagamento de tutoria local da TV ABEn; do Curso Reações Adversas de
448 Medicamentos onde havia sido destinado o recurso de R\$ 133.339,78 (cento e trinta e três mil
449 trezentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos) não será mais realizado pois o curso
450 ofertado pela TV ABEn terá mesmo conteúdo abrangendo um número maior de participantes,
451 parte do recurso, R\$ 48.806,42 (quarenta e oito mil e oitocentos e seis reais e quarenta e dois
452 centavos) ficará destinado à compra do Curso da TV ABEn e R\$ 84.533,36 (oitenta e quatro mil
453 quinhentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos) à tutoria local da TV ABEn; do Curso
454 pós-Técnico em Instrumentação Cirúrgica, de valor inicial R\$ 500.000,00 (quinhentos mil
455 reais), será utilizado R\$ 147.622,44 (cento e quatro e sete mil seiscentos e vinte e dois reais e
456 quarenta e quatro centavos) e destinado à compra do Curso da TV ABEn R\$ 352.377,56
457 (trezentos e cinquenta e dois mil trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco seis
458 centavos); Curso Metodologias Ativas – Preceptorias no total de R\$ 134.700,00 (cento e trinta
459 e quatro mil e setecentos reais) será utilizado R\$ 62.259,07 (sessenta e dois mil, duzentos e
460 cinquenta e nove reais e sete centavos) e destinado à compra do Curso da TV ABEn
461 R\$72.440,93 (setenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais e noventa e três centavos);
462 Seminário de Radiologia com previsão de custo de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) não
463 será realizado o seminário e o curso está sendo realizado via convênio tendo seu recurso
464 destinado à compra do Curso da TV ABEn; Curso Auxiliar em Saúde Bucal com valor inicial de
465 R\$ 504.389,11 (quinhentos e quatro mil trezentos e oitenta e nove reais e onze centavos) teve
466 valor utilizado de R\$ 434.389,11 (quatrocentos e trinta e quatro mil trezentos e oitenta e nove
467 reais e onze centavos) e terá R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) destinado à compra do Curso da
468 TV ABEn; Especialização Gestão Trabalho e Educação na Saúde de valor inicial R\$ 316.952,60
469 (trezentos e dezesseis novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos) previsto para
470 sua realização o recurso de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais) e ficando
471 destinado à compra do Curso da TV ABEn o valor de R\$ 31.952,60 (trinta e um mil novecentos
472 e cinquenta e dois reais e sessenta centavos); e, MBA Gestão Pública com previsão de R\$
473 350.763,55 (trezentos e cinquenta mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco
474 centavos) ficou no valor de R\$ 206.452,67 (duzentos e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois
475 reais e sessenta e sete centavos) e será repactuado R\$ 144.310,88 (cento e quarenta e quatro



476 mil trezentos e dez reais e oitenta e oito centavos) para compra do Curso da TV ABEn. A
477 proposta é então repactuar o total de R\$ 161.224,39 (cento e sessenta e um mil duzentos e
478 vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) para reprografia e R\$ 1.000.000,00 (um milhão
479 de reais) para compra do curso da TV ABEn e R\$ 96.533,36 (noventa e seis mil quinhentos e
480 trinta e três reais e trinta e seis centavos) para a tutoria local.” Senhora Márcia Valéria
481 esclareceu que o valor destinado à tutoria local ainda não é suficiente e que aguarda-se a
482 definição de outros cursos em andamento para repactuar posteriormente. Consensuada a
483 proposta de repactuação para processo de reprografia da ETSUS e a proposta de repactuação
484 do valor total de R\$ 1.096.533,36 (um milhão noventa e seis mil quinhentos e trinta e três
485 reais e trinta e seis centavos) para gastos de realização do Curso da TV ABEn. Senhora
486 Linvalda – SESAU/ETSUS pediu para informar as solicitações para a próxima reunião em
487 relação à TV ABEN. Senhora Juliana informou que são o diagnóstico dos NEPs hospitalares e
488 uma pactuação com os gestores das estratégias de viabilidade de qualidade do espaço.
489 Passou-se ao item **6. Informes: 6.2. Informe sobre Comitê de Ética em Pesquisa -**
490 **Solicitante/Expositora: Karina Maschietto – DGES/ASSECTI.** Senhora Márcia Valéria
491 relembrou que era um questionamento levantado principalmente pela Senhora Erlaene –
492 SESAU/DVPS sobre a possibilidade da ETSUS ter um comitê de ética em pesquisa para agilizar
493 o processo de pesquisa dos servidores do SUS Tocantins e que então foi solicitado à
494 Assessoria de Ciência e Tecnologia que fizesse essa pesquisa, emitisse um parecer e trouxesse
495 para apresentar. Senhor Hélio – ETSUS/ASSECTI perguntou se havia alguém que à época
496 tenha levantado essa demanda e Senhora Valéria – NEP/DPVS disse que foi diante do
497 contexto de agilizar os processos de pesquisas, da burocracia quando se precisam manipular
498 dados da saúde. Senhor Hélio disse que realizou consultas técnicas e contato com a Comissão
499 Nacional de Ética e Pesquisa – CONEP sobre a viabilidade de ter um Comitê de Ética dentro da
500 Secretaria de Estado da Saúde e foi orientado que não sendo instituição que solidamente
501 realiza pesquisa não faz sentido ter o Comitê de Ética e que a CONEP não autorizaria
502 enquanto filiado dela por não ser instituição de pesquisa. Colocou que dentro deste contexto
503 a SESAU já tem a responsabilidade em relação à análise de Projeto de Pesquisa dentro da
504 SESAU e município que seja campo de pesquisa que seria quando um agente externo vem
505 realizar uma pesquisa dentro de nossa instituição. Informou que se faz uma avaliação técnica



506 deste projeto para verificar se a informação que esse pesquisador quer coletar é viável. “Essa
507 informação posso deixar essa pessoa explorar?” - colocou Senhor Hélio e disse que o papel do
508 controle das pesquisas, das informações, da viabilidade para coleta de dados já é feita através
509 da regulação do Fluxo de Pesquisa. Continuou dizendo que “*seria interessante ter um Comitê*
510 *de Ética se fossem pesquisas nossas e para ter um Comitê tem que ter Núcleo de Pesquisa.*”
511 Senhora Hercione – NEP HMDR disse que os pesquisadores tinham essa dúvida da demora do
512 fluxo de sessenta dias, eles acreditavam que a demora era da DGES e queriam um Comitê
513 dentro dos Hospitais e que foi colocado que as pesquisas eram poucas e vinham de
514 instituições de ensino e então passou a orientar ao entregar os anexos I, II e III ao NEP enviar
515 ao mesmo tempo para o Comitê de Ética. Passou-se ao item **6.1. Divulgação de Cursos –**
516 **Solicitante/Expositora: Maria de Jesus – DGES/ASSEDI.** Senhora Maria de Jesus fez a entrega
517 de folders informativos sobre os cursos que estão com inscrições abertas da ETSUS em
518 parceria com a UNITINS. Solicitou aos presentes que também façam essa divulgação em seus
519 departamentos, municípios e regiões de saúde. Senhora Ana Carolina – NEP HGP colocou que
520 a procura para as inscrições está sendo grande e questionou quando terá o resultado da
521 validação. Senhora Maria de Jesus disse que o encerramento das inscrições do Bloco I será dia
522 05 de julho e que após a validação pelo gestor do departamento será divulgado o resultado e
523 Senhora Ana Carolina sugestionou se não seria melhor se a inscrição fosse feita pelo NEP já
524 com o aval do gestor. Senhora Márcia Valéria disse que em alguns cursos teve-se que correr
525 atrás de discentes para preenchimento de vagas e que se pensou nas causas dessa
526 dificuldade, se estaria tendo muito cursos e/ou a divulgação estava sendo falha, pois se
527 utilizava apenas o portal da SESAU e que por isso agora tem uma Assessoria de Divulgação
528 que está utilizando de diversas formas e meios para divulgar. Senhora Linvalda colocou que os
529 NEPs poderiam trabalhar a informação de quem está fazendo os cursos, se a pessoa já não fez
530 outro curso ou está fazendo dois, três cursos para dar oportunidade a outras pessoas.
531 Senhora Sirlene – CIR Sudeste pontuou que o Curso de Urgência e Emergência para
532 motoristas tem vagas para os hospitais e questionou a possibilidade de abrir vagas para os
533 municípios. Senhora Linvalda esclareceu que se trabalha por demanda e que se isso for
534 demanda verificada pelos municípios, quantos precisam, pode-se criar o curso e orientou que,
535 como representante da Região na CIES, pode levantar essa demanda na região e oficializar a



536 solicitação. A reunião foi encerrada às dezoito horas e dez minutos e eu, Márcia Valéria Ribeiro de
537 Queiroz Santana, Secretária Executiva desta Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão
538 Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins – CIES/CIB-TO lavrei esta ata que após
539 aprovada será assinada pelos membros presentes nesta reunião.

MEMBROS DA CIES PRESENTES NA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIES/CIB-TO

18/06/2013

Adeusvi Moreira dos Santos	
Andreis Vicente da Costa	
Fabício Alves Segura	
Getúlio de Sousa Araújo	
Irani Schellin Milech	
Juliana Ramos Bruno	
Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo	
Lucione de Oliveira Negre	
Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana	
Maria Goret Lima Sodrê dos Santos	
Shirley Stofer	
Sirlene Pereira dos Santos Farias	
Valéria Viero Aquino de Barros	